



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 21 de março de 2011

JORNAL DO COMMERCIO Quantidade de empresas fechadas dispara no AM CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Otimismo da indústria é o menor em 17 meses CAPA	2
JORNAL DO COMMERCIO Visita de Dilma deve confirmar nova força política OPINIÃO	3
JORNAL DO COMMERCIO Linhas Cruzadas OPINIÃO	4
JORNAL DO COMMERCIO Indústria..... ECONOMIA	5
JORNAL DO COMMERCIO Fevereiro ECONOMIA	6
JORNAL DO COMMERCIO Ponte ECONOMIA	7
JORNAL DO COMMERCIO A Comercialização da natureza..... ECONOMIA	8
JORNAL DO COMMERCIO A Comercialização da natureza (continuação) ECONOMIA	9
A CRITICA DISCURSOS QUE SE ENCONTRAM OPINIÃO	10
A CRITICA sim & não OPINIÃO	11
A CRITICA DO EMPREGO ECONOMIA	12
AMAZONAS EM TEMPO Conjuntura..... ECONOMIA	13
DIÁRIO DO AMAZONAS MEIO AMBIENTE..... CAPA	14
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro..... OPINIÃO	15
DIÁRIO DO AMAZONAS Grupo vai fiscalizar resíduos do PIM AMAZONAS	16
DIÁRIO DO AMAZONAS Bancada federal se 'arma' em comissões BRASIL	17
DEZ MINUTOS ZONA FRANCA	18

Quantidade de empresas fechadas dispara no AM

Número de extinção de empresas no Estado chegou a 124 em fevereiro, em alta de 88,88% em relação ao mesmo mês de 2010, conforme dados da Jucea

POR LUANA GOMES

O ano de 2011 começou em grande alvoroço, trazendo dados positivos para alguns setores do comércio e da indústria amazonense, mas nem mesmo estes 'bons ventos' impediram um aumento na extinção de empresas do Estado.

Em fevereiro, apesar de terem sido realizadas 550 no-

vas constituições de negócios, alta de 23,87% ante o segundo mês de 2010 (444), o número de fechamentos foi 88,88% mais elevado, passando de 66 para 124, de acordo com dados da Jucea (Junta Comercial do Amazonas).

A média de extinções para fevereiro deveria estar na faixa de 82 empresas para se igualar ao saldo de 2010, quando o país retomava fôlego depois da crise. No entanto, os dados estão 38,87% abaixo dos apresentados.

Para a economista e consultora empresarial da Advolorem Consultoria, Suzana Sausmikat, há necessidade dos órgãos públicos verificarem a origem e os segmentos que compõem estes algarismos, para especificar se é um problema pontual, específico do setor. "Mas, sem dúvida, é um dado negativo para a região", destacou.

Página A7

Otimismo da indústria é o menor em 17 meses

O empresário da indústria continua confiante sobre os rumos da economia brasileira, de acordo com pesquisa feita pela CNI com 1.728 empresas do país no início deste mês. Apesar disso, o Índice de Confiança do Empresário Industrial caiu 1,3 pontos, para 60,5 pontos, o nível mais baixo desde outubro de 2009. O índice caiu 1,3 ponto em relação ao mês anterior e ficou 7,2 pontos abaixo de março de 2010.

Página A8

Visita de Dilma deve confirmar nova força política

Em Brasília, finalmente a força do governador Omar Aziz e o peso da nova bancada amazonense no Senado começam a prevalecer. A presidenta Dilma Rousseff está confirmada para vir a Manaus na próxima terça-feira (22), onde fará a abertura da campanha nacional contra o câncer de colo de útero e de mama. Na visita Dilma deve reafirmar os compromissos que assumiu com Omar um dia após sua reeleição no primeiro turno.

Dentre eles a garantia de apoiar os projetos de preparação para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, como o da mobilidade urbana em Manaus, com novo sistema de transporte coletivo e as novas intervenções viárias. Há também compromisso de melhorar o sistema energético no Estado e prorrogar os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus estendendo-os para a Região Metropolitana (RMM).

O Amazonas também pleiteia a inclusão de projetos do governo estadual no PAC2 do governo federal, como novos eixos viários em Manaus, incluindo a construção de um anel viário contornando o Distrito Industrial e a expansão do Prosamim para o interior do Estado. Esses projetos já foram tratados com a ministra do Planejamento Miriam Belchior, em Brasília.

Outro fato que reflete o momento é o anúncio da presidenta Dilma, na quinta-feira (17), em BH, Minas, de que o Brasil vai

produzir calcário com a exploração da reserva de silvinita que abrange sete municípios do Amazonas, na região entre Nova Olinda e Urucurituba. A reserva tem pouco mais de 1 bilhão de toneladas e pode tornar o Brasil autossuficiente num dos três principais fertilizantes químicos para a agricultura.

O país importa mais de 90% (cerca de 6 milhões/ton.) do potássio que consome para ser um dos maiores produtores agrícolas do mundo. A exploração da silvinita é uma luta antiga, mas que nunca repercutiu forte em Brasília. Agora, as coisas começam a mudar.

A visita de Dilma ao Amazonas é um compromisso com o governador Omar e os senadores Eduardo Braga e Vanessa Grazziotin, assumido em Brasília, em dezembro do ano passado. Se tudo for confirmado durante a visita da presidenta a Manaus nesta terça-feira (22), como está previsto, os três confirmam seu prestígio junto ao Planalto.

Linhas Cruzadas

SILÊNCIO

Agora fica mais claro o porquê do silêncio da superintendente da Suframa, Flávia Grosso. Não deve ser fácil andar sobre o fio da navalha ou pisar em ovos sem quebrá-los. Fica cada vez mais difícil manter a cadeira e se livrar dos processos na Justiça. Nem o padrinho forte, o senador Eduardo Braga, está conseguindo reverter a onda.

Indústria

Nível de confiança é o mais baixo em 17 meses

Pesquisa da CNI aponta para queda de 1,3 ponto no otimismo dos empresários do setor, o menor patamar registrado desde outubro de 2009

O empresário da indústria continua confiante sobre os rumos da economia brasileira, de acordo com pesquisa feita pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) com 1.728 empresas do país no início deste mês. Apesar disso, o Ipei (Índice de Confiança do Empresário Industrial) caiu para 60,5 pontos, o indicador mais baixo desde outubro de 2009. O Ipei varia de zero a 100 e valores acima de 50 indicam confiança.

O índice da CNI caiu 1,3 ponto em relação ao mês anterior e ficou 7,2 pontos abaixo de março do ano passado, quando o indicador atingiu o nível mais alto: 67,7 pontos. De acordo com nota técnica da CNI, "o otimismo está menos disseminado" neste início de ano. Isso sinaliza que os empresários esperam um cenário menos otimista para o desempenho das empresas e de seus negócios.

Segundo o gerente executivo da Unidade de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco, o indicador mostra ajustes naturais que têm ocorrido desde o início de 2010. Apesar de o Ipei demonstrar redução, o economista acrescentou que o fato de o indicador se manter acima de 60 pontos significa que "os empresários ainda estão otimistas". Na avaliação deles, "a economia deve se manter em alta nos próximos seis meses".

Redução de ritmo

O Ipei mais baixo é reflexo, segundo Castelo Branco, da desaceleração do crescimento da economia, com redução do ritmo principalmente nas atividades correntes, que têm demonstrado desempenho mais moderado nos últimos meses. Essa sensação de perda de ritmo reduziu o otimismo em todos os níveis de empresas pesquisadas: 245 de grande porte, 533 de porte médio e

950 pequenas empresas. Estas acusaram o maior declínio de confiança.

Por setores, as empresas que trabalham com produtos de limpeza e de perfumaria são as mais confiantes. O Ipei dessas empresas cresceu 6,1 pontos na pesquisa da CNI, em relação ao mês de fevereiro. Em contrapartida, o setor de equipamento de transportes caiu 7,5 pontos e o de material eletrônico e de comunicação está menos otimista em 6,9 pontos.

Fevereiro

Número de empresas fechadas aumenta 88,88% no Amazonas

Segundo a Jucea, 124 organizações encerraram suas operações

POR LUANA GOMES

O ano de 2011 começou em grande alvoroço, trazendo dados positivos para alguns setores do comércio e da indústria amazonense, mas nem mesmo estes 'bons ventos' impediram um aumento na extinção de empresas do Estado.

Em fevereiro, apesar de terem sido realizadas 550 novas constituições de negócios, alta de 23,87% ante o segundo mês de 2010 (444), o número de fechamentos foi 88,88% mais elevado, passando de 66 para 124, de acordo com dados da Jucea (Junta Comercial do Amazonas).

A média de extinções para fevereiro deveria estar na faixa de 82 empresas para se igualar ao saldo de 2010, quando o país retomava fôlego depois da crise. No entanto, os dados estão 38,87% abaixo dos apresentados.

O empresariado amazonense foi responsável pela geração de 362 estabelecimentos, 65,82% do resultado de fevereiro, contudo, foi o autor da eliminação de 101 empresas, o que corresponde a 81,45% do total extinto.

Em confronto ao ano anterior, que contou com 315 constituições e 54 extinções no segundo mês do ano, houve uma expansão tanto na quantidade de negócios gerados (14,92%) quanto de abolidos (87,04%).

Para a economista e consultora empresarial da Advolorem Consultoria, Suzana Sausmikat, há necessidade dos órgãos públicos verificarem a origem e os segmentos que compõem estes algarismos,

para especificar se é um problema pontual, específico do setor. "Mas, sem dúvida, é um dado negativo para a região", destacou.

Entretanto, já dizia o ditado, "se a vida te dá ovos, faça uma gema-da". Por isso, quem tem aproveitado as oportunidades são as microempresas e, principalmente, os empreendedores individuais.

A subgerente do setor de atendimento individual do Sebrae/AM (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Amazonas), Ana Paula Rodri-

da Agência, Lamiisse Cavalcante, vários agentes financeiros atuam junto ao Sebrae para facilitar o acesso destes clientes ao crédito, como Afeam (Agência de Fomento do Estado do Amazonas), Banco da Amazônia, BB (Banco do Brasil) e Caixa Econômica.

Lamiisse diz que os dois últimos disponibilizam até R\$ 1.000 para empreendedores individuais, enquanto a Afeam cede até R\$ 3.000. Já os microempresários recebem montante superior a R\$ 5.000, com linha de crédito que depende do avalista.

No caso do Banco da Amazônia, devido à parceria com o Sebrae, o volume de recursos para os setores nos dois meses de 2011 já cresceu 40% em comparação ao que foi destinado no ano passado.

Além disso, neste ano a agência de fomento já aplicou R\$ 660 mil para linhas de financiamento das microempresas e dos EI somente na capital. A estimativa, segundo Lamiisse, é que esta quantia dobre a partir de abril, em virtude do início das ações no interior do Estado.

Segundo o presidente da ACA (Associação Comercial do Amazonas), Gaitano Antonaccio, que luta para aprovar o Shopping Popular, é provável que após a conclusão do projeto, aumente ainda mais os dígitos de EI no Amazonas. "A ideia do país é ampliar o número de empreendedores individuais para 10 milhões. A formalização permite um aumento na contribuição e, consequentemente, na economia nacional", concluiu.

Quantidade de abertura de novos negócios no Amazonas também aumentou em relação a fevereiro de 2010, embora o percentual tenha sido bem menor: 23,87%

gues, fala que a tentativa de guardar recursos para a aposentadoria tem incentivado muitos autônomos a se formalizarem.

Com faturamento de R\$ 36 mil ao ano, ou R\$ 3.000 por mês, eles passaram a assumir a nomenclatura de EI (empreendedor individual). Segundo Ana Paula, a capacitação foi iniciada em fevereiro do ano passado e, mesmo assim, já foram contabilizados 9.000 empreendedores.

De acordo com a gerente da Unidade de Acesso Financeiro

Ponte

Investimentos começam a chegar a Iranduba

Das 270 empresas inscritas no município, 35 vieram em 2010, junto com as obras da ponte

POR LIVIA PIRES

Como primeira cidade a receber os usuários da ponte sobre o rio Negro que deixarem a capital Amazonense, o município de Iranduba (a 34 km de Manaus) deve ser afetado pelo crescimento na circulação de pessoas e, consequentemente, sofrer os reflexos no comércio. A cidade vizinha registrou crescimento na população local de 26,10% nos últimos dez anos, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

"A expansão populacional nos últimos anos está diretamente ligada à construção da ponte", estimou o supervisor do setor de disseminação de informações do IBGE, Adjalma Nogueira Jaques, que ainda caracteriza a procura pela cidade. "Irاندuba abriga pessoas envolvidas nas obras da ponte e é um município de catraieiros. A tendência é a população crescer, com a influência da ponte, e ocasionada pela pressão urbana que Manaus vai exercer lá, tanto quanto nos municípios vizinhos de Novo Airão [a 115 km de Manaus] e Manacapuru [a 68 km]", avaliou Adjalma.

Crescimento populacional

Atualmente, segundo dados do último Censo, a cidade tem 40.735 habitan-

tes. O crescimento populacional chegou a 26,10% comparado com dez anos antes, quando eram 32.303 habitantes. O percentual representa pouco abaixo

ma, o município tem "usos ocasionais", as residências utilizadas como de veraneio são 1.256. Os domicílios vagos são 1.486.

Outros setores da eco-

Espera-se a instalação de hotéis e lojas de grandes redes, que segundo a Associação Comercial de Irاندuba, já está acontecendo. Há previsão da chegada de pelo menos oito lojas

do registrado pela capital em proporcionalidade, que chegou a 28,22%.

Outra característica da cidade são as residências fechadas. Segundo Adjal-

nomia também devem ser impulsionados por maiores demandas em consequência do fluxo de pessoas na região. Espera-se a instalação de hotéis e lo-

jas de grandes redes, que, segundo o presidente da ACI (Associação Comercial de Irاندuba), Jucelino Mendonça da Silva, já está acontecendo. "Tivemos a vinda de hotéis para a cidade, mas não deve parar por aí. Muitos negócios estão chegando. Inclusive, temos a previsão de oito lojas de grandes empresas serem lançadas aqui", contou otimista Mendonça também sobre o desenvolvimento da cidade atrelado a implantação de lojas reconhecidas na capital. "Está em construção a primeira loja Bemol. Vai ficar entre Irاندuba e Manacapuru", informou.

A Comercialização da natureza

A natureza não foi criada para ser elemento de mercado, porém a economia monetarizou os recursos naturais para transformá-los em coisas que meu saudoso amigo Prof. Harald Sioli classificava como: 60% prejudiciais, 30% dispensáveis e apenas 10% realmente úteis para as pessoas. Um excelente texto sobre a evolução da economia e seu impacto sobre o meio ambiente foi escrito por Kenneth Boulding, em 1966 e nele esse autor inglês fez uma análise evolutiva dessa relação definindo duas etapas bem distintas.

Na primeira Boulding resumizou o período anterior à revolução industrial, tipificando a economia como uma atividade assentada em agricultura de baixa produtividade que usava técnicas simples, poucos insumos (matéria e energia) e cuja produção atendia apenas a demanda advinda de uma população numericamente pequena onde a maior quantidade de informação era a contida nos genes das cultivares. A natureza, por outro lado era entendida como fonte inesgotável de recursos e fossa de resíduos, e sua degradação tinha custo zero. Essa fase foi identificada por Boulding como economia do cowboy, figurativamente representada pelo cavaleiro solitário que, em sua montaria, cavalgava livremente pelas pradarias de uma terra plana que imaginariamente funcionava como um sistema cibernético aberto.

A fase posterior

Com a revolução industrial as tecnologias de produção industrial e agrícola se tornaram muito mais complexas para atender a demanda por novos produtos. Esse processo provocou, paralelamente, uma crescente urbanização e os processos produtivos - industriais e agrícolas - passaram a exigir maior quantidade de matéria, energia e de informação que passou a incluir o conhecimento científico e os saberes das populações tradicionais. Do outro lado a natureza se tornou escassa deixando de ser um bem livre, com os recursos naturais não podendo mais ser entendidos como infinitos e nem a natureza utilizada como fossa dos resíduos, sendo impossível manter o custo zero para a degradação do ambiente natural. Essa segunda fase da economia foi tipificada por Boulding como a economia da espaçonave, que funciona como um sistema fechado e esférico onde nada se joga fora simplesmente porque o fora não existe.

A Comercialização da natureza (continuação)

Economia do caboclo

A análise da economia do cowboy revela enormes semelhanças com a economia do caboclo que em sua canoa (montaria) navega pelos rios da planície de baixa densidade demográfica e se alimenta com os produtos de uma agricultura de subsistência, usando a natureza como fonte inesgotável de recursos e fossa de resíduos. É lamentável que não existam bons textos teóricos e descritivos sobre a economia do caboclo que é muito mais interessante do ponto das amazonidades do que o ciclo da borracha e Zona Franca.

Comercialização da natureza

Esse resumo histórico da relação economia-natureza sinaliza a densa questão relacionada à comercialização dos recursos naturais do meio ambiente que é um bem difuso de acordo com a Constituição Federal. O contraste que brota do binômio economia-natureza ressalta o fato de os recursos naturais, desde a revolução industrial, virem sendo objeto de concessão, apropriação e monetarização, levando os elementos naturais não produzidos para a venda para um mercado real.

Os recursos minerais foram os primeiros a serem monetarizados seja para produção de energia (carvão, petróleo), seja como matéria-prima e insumos para a manufatura de produtos cada dia mais complexos e mais poluentes.

O segundo recurso natural incluído no mercado foi a água, pioneiramente identificada como bem econômico pela Lei da Água da França (1964), um princípio adotado pelo resto do mundo na 2ª Conferência sobre água e Meio Ambiente (Dublin, 1992).

Mais recentemente o gás carbônico entrou no mercado monetarizado onde ao lado de transações sérias e vantajosas para o planeta, transitam confabulações marcadas por picaretagens, pilantragens, desonestidades e engodos que, em última instância, são operações de compra e venda destinadas a enriquecimentos ilícitos e autorizar os países ricos a continuar poluindo, trocando uma fumacinha lá em cima, por uma arvorezinha aqui embaixo.

Esta coluna é publicada na edição do final de semana e é elaborada sob a coordenação do professor da UEA e ex-diretor do Inpa Ozório Fonseca ozorio@netium.com.br

Manaus, segunda-feira, 21 de março de 2011.

DISCURSOS QUE SE ENCONTRAM

 "A Zona Franca de Manaus foi um instrumento notável para você formar uma base industrial no Amazonas, mas isso não gerou nenhum plano de desenvolvimento econômico e social do Estado do Amazonas. Nem por parte do Governo Federal nem do Estadual, quando os dois, a meu ver, deveriam ser complementares para fazer esse plano." À primeira vista, sobretudo aos olhos dos ingênuos defensores da Zona Franca de Manaus, pode parecer – quem sabe – mais uma declaração de um dos "adversários paulistas" do nosso modelo de desenvolvimento regional. Não é nada disso. Muito ao contrário, há 30 anos o autor das palavras acima "milita" em prol da ZFM. O nome

dele? Raimundo Noronha, advogado tributarista, radicado em Brasília. Noronha está em nossas páginas, no caderno de Economia, que também traz uma matéria destacando o 2.º Fórum Mundial de Sustentabilidade em Manaus, cujo principal objetivo é discutir e disseminar práticas econômicas que valorizem a vida no planeta. Embora estejamos falando de matérias distintas, no fundo, elas estão conectadas, como se depreenderá do desdobramento da declaração do tributarista e daquilo que os promotores do Fórum fazem questão de alardear aos quatro cantos. O advogado amazonense entende que o

verdadeiro desenvolvimento regional passa pelo aproveitamento racional e sustentável dos recursos da biodiversidade amazônica. Lembra, por exemplo, que somos o maior depósito de fungos e de essências do mundo na floresta tropical úmida e questiona: "O que estamos fazendo para o levantamento e a exploração racional dos recursos da biodiversidade?" "Qual é a nossa universidade no Estado do Amazonas vocacionada para as ciências da terra?". Não nos iludamos. Os promotores do Fórum Mundial de Sustentabilidade vão nessa mesma linha de raciocínio, quando incluem em seu objetivo a necessidade de demonstrar o valor econômico e ambiental da floresta em pé e suas

implicações para a Região e o mundo. A sintonia não podia ser mais fina, o que confere uma importância ainda maior à postura de Raimundo Noronha, o qual acha que já estamos bastante atrasados no que tange à mudança do perfil da economia amazonense, em particular, para deixarmos de ser dependentes exclusivamente do modelo Zona Franca de Manaus. Eis uma tarefa, portanto, que demanda uma comunhão de interesse e vontade dos governos Estadual e Federal, em termos regionais, e, no aspecto macrossocial, segundo o que se busca por meio do Fórum Mundial da Sustentabilidade, um compromisso político e empresarial com o desenvolvimento sustentável do planeta.

sim & não

Dilma na mira de três correntes

A visita da presidente Dilma Rousseff ao Amazonas, nesta semana, reabrirá o fosso que separa petistas no Estado. Os “companheiros” ligados ao governador Omar Aziz (PMN) e os conectados ao Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento (PR), vão buscar um protagonismo diante da presidente, sobretudo porque Dilma deverá sofrer também com o assédio de uma liderança extra-petista, o senador Eduardo Braga (PMDB), que construiu ligação forte com ela desde o tempo do governo Lula.

Ainda Um sinal desta disputa é que pela primeira vez em muitos anos um tema colocará em oposição Braga e o deputado Sinésio Campos (PT). Eles vão disputar, diante de Dilma, a “paternidade” da luta pela exploração da silvinita, mineral abundante em Nova Olinda.

Dois A principal divergência, contudo, diz respeito à Superintendência da Zona Franca de Manaus. Braga vai de Flávia Grosso, as duas correntes petistas têm nomes diferentes para o cargo.

DO EMPREGO

A qualidade importa, sim!

➤ A escolha do emprego considerando apenas o salário tem perdido importância para a maioria das pessoas.

➤ O salário emocional compensa o profissional pelo trabalho bem feito de muitas formas.

➤ Em diversas empresas do DI é latente a necessidade de mudança do ambiente organizacional.

Tem ganhado força nas empresas o conceito de salário emocional, cuja base se fundamenta na premissa de que o dinheiro não é tudo. No entanto, as empresas têm notado que esse conceito não se aplica a todas as gerações, porque suas prioridades são diferentes. De acordo com um estudo recente, patrocinado pela Fidelity Investments, 77% dos jovens nos Estados Unidos, pertencentes à chamada Geração Y (os nascidos a partir de 1982), asseguraram que sua prioridade na escolha de um trabalho é encontrar um lugar onde seja possível equilibrar sua vida pessoal com o trabalho. Na realidade, o conceito de emprego mudou bastante nos últimos 20 anos. As pessoas passaram a ter mais desejo por liberdade no trabalho e, aliado a isso, a família passou a ter importância cada vez mais relevante na vida das pessoas, afinal "nem só de pão vive o Homem."

MUDANÇA DE CONCEITO

Várias empresas de recursos humanos no Brasil já fizeram

Mudança radical
A Microsoft e Apple mudaram o conceito de emprego. Nelas, os funcionários podem trabalhar como quiserem e no horário que achar mais conveniente. O que vale é a qualidade do trabalho. Essas empresas são líderes de mercado.

alguns ensaios, sobretudo em São Paulo e chegaram a uma conclusão interessante. As gerações X (aqueles nascidos entre 1964 e 1982) e Y representam aproximadamente 83% da força de trabalho no Brasil. Desse total, pelo menos 70% escolhem um emprego com base na qualidade de vida que aquele trabalho poderá oferecer. Parece uma contradição, ainda mais considerando a capital São Paulo, onde as pessoas consultam o terapeuta de madrugada porque no resto do tempo, estão trabalhando. Mas é exatamente por esse tipo de questão que as pessoas estão mudando seu



conceito de emprego. Executivos procuram tratamento psicológico porque não estão mais suportando a pressão do trabalho. Ganham dinheiro, mas não vêem seus filhos crescerem, e nem sempre conseguem gastar o dinheiro que ganharam.

SALÁRIO EMOCIONAL

A procura por qualidade no tra-

balho é uma tendência geral, que contempla não só a nova geração. Por isso, muitas empresas já estão adotando estratégias focadas no crescimento pessoal dentro das suas organizações. Elas começaram a reconhecer que o profissional não mais está se deixando seduzir pelas melhores ofertas de salários. Esse componente perde força com o

tempo. É a partir desse ponto que surgiu o conceito de salário emocional, muito comum na Europa. Esse tipo de salário compensa o profissional pelo trabalho bem feito, mas está intrinsecamente ligado a preocupação com a qualidade de vida. Afinal, não somos máquinas e precisamos de outras compensações. Essas outras compensações podem ser oferecidas de várias formas e de maneira simples também, como por exemplo, flexibilidade de tempo, apoio à família, igualdade de oportunidades e igualdade salarial, de acordo com a qualificação.

AMBIENTE

Há empresas no Distrito que tratam seus funcionários como se estes estivessem dentro de uma prisão, ou como se estes não fizessem parte da empresa. Em muitas delas, o ambiente organizacional é "pesado", onde tudo é proibido, onde se passa o cartão magnético para cruzar todas as portas, e em que o trabalhar tem seus movimentos monitorados por tempo integral. Em outras, o salário do amigo do diretor é

maior, mesmo ele não tendo qualificação adequada para tal. A rigidez de horário e a penalização por algum atraso é também muito comum. No final das contas, esses elementos, em conjunto, impedem que muitas empresas consigam obter bons resultados de seus funcionários. Claro, eles simplesmente não têm emprego com qualidade. É interessante o pensamento que alguns gestores têm em relação a essas questões. Eles acham que, se flexibilizarem, o funcionário piora. Por isso é preciso muito rigor. Essa prática nunca funcionou, nem mesmo na época da revolução industrial, quando o funcionário era tratado como se fosse uma máquina. O conceito de salário emocional se estende a todas as gerações. As empresas precisam dar mais enfoque à gestão humana, de modo que possam obter ganhos de produtividade com isso. Todos os estudos científicos nessa linha já comprovaram que a alta produtividade está fortemente correlacionada com a qualidade do emprego.

Conjuntura

Indústria enfrenta alta de custos com concorrência

Fabricantes de eletrodomésticos, eletroportáteis, veículos e máquinas chegam ao fim do primeiro trimestre do ano numa encruzilhada. De um lado, enfrentam fortes aumentos de custos, que vão do reajuste de salários acima da inflação à alta dos preços das matérias-primas de até 20%. De outro, continuam pressionados pela concorrência dos importados.

O resultado desse jogo de forças é que as indústrias não conseguem repassar integralmente o aumento de custos para os preços ao consumidor. Isso põe um pouco de água na fervura da inflação. Mas também reduz a competitividade e a rentabilidade da indústria. "Desde 2008, antes da crise, não tínhamos tantos aumentos de custos simultaneamente", observa um empresário da indústria que não quer ser identificado. Um dos vilões são as resinas plásticas, usadas em eletrodomésticos e carros, cujos preços subiram 20% este mês.

Na lista de aumentos de custos também estão o aço e alumínio, com 10%; o cobre, que subiu 25% desde

outubro de 2010; os pneus, que serão reajustados em 10% em abril; e as embalagens de papelão ondulado, com aumentos de preços entre 6% e 7% previstos para abril ou maio.

Os empresários perdem o sono com os reajustes porque não têm como driblá-

O resultado desse jogo de forças é que as indústrias não conseguem repassar o aumento de custos para o consumidor

los. Exceto os salários dos trabalhadores, os demais preços são formados no mercado externo. E, para complicar, há matérias-primas concentradas em poucos fabricantes.

"A maioria das 11,7 mil empresas do setor de plásticos são pequenas e médias e tem dificuldade para repassar os aumentos de custo da resina", diz o presidente

da Abiplast, José Ricardo Roriz Coelho. Em contrapartida, o fornecedor da resina é um só.

Tremor

Rui Chammas, vice-presidente da Braskem, que comprou a Quattor e produz resinas plásticas, diz que elevou os preços, mas não confirma o percentual. Segundo ele, a alta do petróleo pressionou a indústria química e de derivados. Mas pondera que, após o tremor no Japão, o cenário de preços é incerto.

O movimento de alta se repete no aço. "As siderúrgicas começaram a retirar os descontos na faixa de 10% por causa da entrada do aço importado", diz o ex-presidente do Inda, que reúne os distribuidores de aço, Christiano da Cunha Freire. A Usiminas, por exemplo, reajustou entre 5% a 10% os preços este mês.

Os fabricantes de veículos dizem que têm contratos de longo prazo com as siderúrgicas. Mas acabam tendo de aceitar indiretamente aumentos quando compram as autopeças, que adquirem aço dos distribuidores.

MEIO AMBIENTE

Ipaam fiscalizará a destinação de resíduos no PIM

AMAZONAS 7 | O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) criou o Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos para fiscalizar o cumprimento da legislação ambiental pelas empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus (PIM). Por mês, a estimativa do órgão estadual é que as fábricas gerem 4,5 mil toneladas de resíduos considerados de alto risco de contaminação (classe 1) para o meio ambiente e população.

Claro & Escuro

Errata

Na edição de ontem (página Amazonas 3) o DIÁRIO errou ao tratar a atual superintendente da Suframa, Flávia Grosso, como ex-superintendente.

Grupo vai fiscalizar resíduos do PIM

IPAAM CRIA EQUIPE QUE ACOMPANHARÁ DESTINAÇÃO MENSAL DE 4,5 MIL TONELADAS DE RESÍDUOS DA INDÚSTRIA LOCAL

Rafael Nobre
Da Redação
Manaus, Amazonas

O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) criou o Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos para fiscalizar o cumprimento da legislação ambiental pelas empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM). Por mês, informa o presidente do Ipaam, Ademir Stroski, a estimativa é que o setor gere 4,5 mil toneladas de resíduos considerados de alto risco de contaminação.

Pelo planejamento do Instituto, o Grupo deve iniciar atividades nesta segunda-feira. Além de atuar na fiscalização sobre a destinação dos resíduos perigosos, denominados de classe 1, será responsável pela assistência técnica aos municípios do Amazonas na elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e na biorremediação dos atuais lixões.

Biorremediação é a técnica de aplicar processos biodegradáveis no tratamento de resíduos para recuperar e regenerar ambientes degradados.

De acordo com Stroski, a criação de uma equipe formada por analistas ambientais destinados a tratar da questão é essencial

para que as cidades do Amazonas atendam à Lei 12.305/2010, que impede a atividade de catadores de lixo nos aterros e diferencia resíduo (lixo que pode ser reaproveitado) de rejeito (aquele que não pode ser reciclado). A lei ainda determina a criação, em todos os municípios brasileiros, de aterros sanitários até 2014.

"A parte das atividades do grupo relacionada à indústria também vai contar com a elaboração do Inventário Anual de Resíduos Industriais do PIM, que deve ficar pronto em janeiro de 2012. É até vergonhoso para um Estado como o Amazonas, com toda uma política e atuação ambiental e com um parque industrial com 150 empresas produzindo resíduos perigosos, não ter um inventário 'desses'", afirmou o presidente do Ipaam.

O órgão estima que as empresas do PIM gerem 150 toneladas diárias de resíduos classe 1, de um total de 600 toneladas de lixo, por dia.

O inventário vai servir para saber, por exemplo, quanto exatamente desse tipo de lixo perigoso é produzido e qual a destinação dada hoje pela indústria. "Hoje existem seis empresas licenciadas pelo Ipaam para tratar os resíduos

perigosos do PIM, que é uma quantidade insuficiente para atender a indústria local. Além disso, o aterro de Manaus não é totalmente preparado para receber o classe 1", ressaltou Stroski.

Resolução

Desde 2002, as empresas são obrigadas por lei a apre-

sentar um relatório detalhado sobre a geração, características, armazenamento, transporte, tratamento, reutilização, reciclagem, recuperação e disposição final dos resíduos sólidos produzidos em seus sistemas fabris, de acordo com a Resolução nº. 313/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

"É claro que o relatório das empresas será considerando na elaboração do inventário anual de resíduos, mas agora vamos ter como confirmar todos os dados e ter o nosso próprio relatório", avaliou o presidente do Ipaam. Pela legislação ambiental, as empresas são responsáveis pela destinação de seus resíduos, bem como por seu tratamento e armazenamento. O resíduo industrial de classe 1 deve ser tratado por uma empresa licenciada pelo Ipaam antes de ser dispensado no aterro municipal.

Segundo Stroski, não há meios do instituto garantir que as informações prestadas pelas empresas estão corretas, e foi a partir disso que surgiu a necessidade da criação de uma equipe para atuar nessa área.

Ele também relatou que os municípios não dispõem de técnicos habilitados para tratar da criação e gestão de aterros ou recursos financeiros para contratar, em caráter permanente, uma equipe para fazer esse trabalho. "Tivemos uma conversa com quase todos os 61 prefeitos do interior e nem todos têm secretários municipais de meio ambiente, mas todos ficaram satisfeitos em ter apoio do grupo de trabalho e se comprometeram em criar seus aterros dentro do prazo", relata Stroski.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

FALTA GESTÃO AMBIENTAL

Empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) dominam a gestão em processos (ISO 9000), mas ainda são poucas as que investem em gestão ambiental, com a ISO 14000.

Bancada federal se 'arma' em comissões

DEPUTADOS E SENADORES GANHAM MAIOR VISIBILIDADE EM GRUPOS QUE TRATAM DE TEMAS CENTRAIS PARA O AMAZONAS

Martha Bernardo

Da Redação

Manaus, Amazonas

Os deputados federais e senadores do Amazonas iniciaram na última semana os trabalhos nas Comissões Permanentes das quais fazem parte. Os parlamentares amazonenses compõem, principalmente, comissões voltadas à Amazônia, Economia, Comércio, Desenvolvimento e Ciência e Tecnologia.

As indicações para a composição das comissões são determinadas pelos partidos. Na Câmara Federal os oito deputados do Estado são titulares de dez comissões permanentes e uma especial. O deputado que integra a comissão mais importante do parlamento federal é Henrique Oliveira (PR), titular da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Henrique Oliveira destacou o projeto de autoria do ex-senador Arthur Virgílio (PSDB) que pede a prorrogação do prazo de vigência dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM) até 2029, como sua prioridade nesse começo de trabalho das Comissões da Casa. "O presidente da CCJ, deputado João Paulo Cunha (PT) já me

garantiu que esse projeto será encaminhado para mim e vai ser sobre ele que eu vou me debruçar, prioritariamente".

Outro parlamentar do Estado que pretende usar o trabalho em Comissão para atuar em defesa da Zona Franca de Manaus é o deputado Francisco Praciano (PT), titular da Comissão de Desenvolvimento e Comércio Exterior. Segundo ele, um

dos motivos para fazer parte da Comissão é a defesa dos interesses econômicos do Estado.

Membro suplente da Comissão da Amazônia, Praciano informou que durante a primeira reunião, na quinta-feira da semana passada, foi decidida a realização de uma audiência pública nas próximas semanas, para discutir um estudo encomendado pela Confederação Nacio-

nal da Indústria (CNI) sobre um novo sistema de logística de transportes para interligar a Amazônia ao resto do País e à economia dos países limítrofes. Praciano informou ainda que tem se dedicado à Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, que será criada no dia 5 de abril.

Meio Ambiente

Titular da Comissão do

Meio Ambiente, Rebecca Garcia (PP) informou que durante a última semana a principal pauta foi sobre o que o grupo discutirá ao longo do ano. A questão nuclear e a preservação das florestas são, segundo Rebecca, temas centrais entre os parlamentares da Comissão.

"A questão nuclear, depois do que aconteceu no Japão está sendo revista em todo o mundo e nós vamos ter audiências com os ministros de Minas e Energia, de Ciência e Tecnologia e de Meio Ambiente. Este também é o ano Internacional das Florestas e o tema terá atenção especial", disse Rebecca, destacando ainda que o novo Código Florestal será analisado.

Carlos Souza (PP), eleito na última quinta-feira como primeiro vice-presidente da Comissão da Amazônia, defende uma ampla discussão com os Estados sobre a demarcação das terras indígenas, um dos pontos mais polêmicos tratados na reforma do Código Florestal. Segundo o parlamentar amazonense, 13% das terras do País são reservadas aos povos indígenas por isso a necessidade do debate entre as Assembleias Legislativas dos Estados.

Fale com o editor
redacao@diarioam.com.br

ZONA FRANCA

PIM teme por falta de componentes

O secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Alessandro Teixeira, disse que empresas da Zona Franca de Manaus (ZFM) manifestaram preocupação a respeito de um possível desabastecimento nas próximas semanas.

A declaração mostra que o governo já ligou o sinal de alerta sobre o fornecimento de peças e partes de eletroeletrônicos comprados do Japão. "Eles já disseram que estão preocupados com o risco de faltar componentes. Mas ainda não está faltando nada", afirmou, depois de participar de evento relativo ao lançamento de um programa de inovação para o setor sucroalcooleiro, que terá R\$ 1 bilhão de incentivo entre 2011 e 2014 do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras entidades de crédito.